

4. ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO

O Plano Nacional da Água (PNA) decorre de um imperativo legal estabelecido no Decreto Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro e configura-se como um plano sectorial nos termos do Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Nesse contexto o PNA não vinculando directamente particulares, vincula as entidades da administração responsáveis pela elaboração de planos sectoriais e de ordenamento do território, devendo essas entidades compatibilizar esses planos com o Plano Nacional da Água e promover a integração noutros instrumentos de ordenamento, das vertentes e orientações nele contidas.

Em geral as entidades responsáveis pela aplicação do Plano são todas as que elaboram planos sectoriais e de ordenamento, sejam eles municipais ou especiais. No entanto, pela natureza própria dos meios hídricos ocorre uma multiplicidade de sectores e agentes envolvidos na gestão e utilização dos recursos hídricos pelo que importa evidenciar aqueles que, por serem mais directamente intervenientes na utilização consumptiva e não consumptiva dos recursos, maior contributo podem dar para que sejam atingidos os objectivos do Plano.

Assim, e com carácter indicativo por domínio:

1. Abastecimento de água às populações e actividades económicas
 - Câmaras Municipais
 - Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água para fins de abastecimento urbano e de rega;
2. Ordenamento do domínio hídrico
 - Entidades com competência para elaborar planos de ordenamento do território, em especial as Câmaras Municipais e as entidades da Administração central com competência para elaborar Planos Especiais de Ordenamento;
3. Eficiência da utilização da água
 - Administração, Empresas e outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento bem como as entidades responsáveis pelas actividades relacionadas com o regadio;
4. Redução da poluição tóxica
 - Empresas, Câmaras Municipais e outras entidades gestoras de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
5. Redução da poluição difusa
 - Entidades da Administração com competência para regular a utilização de produtos químicos na actividade agrícola e para garantir a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas;
6. Protecção dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados
 - Entidades com competências específicas nas áreas da conservação da natureza e das actividades piscícolas
7. Licenciamento e Fiscalização
 - Todas as entidades da administração com competências próprias para licenciar actividades com implicações no domínio hídrico.
 - Entidades com poderes de fiscalização e policiamento

